
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO:

ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B21)

Aplicação: 30/11/2008

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas, confira o seu nome e o código do seu cargo.

AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **2 e 3/1/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **26/1/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de documentos para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1 - MCT, de 28/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **71 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação aos fundos setoriais e comitês gestores, julgue os seguintes itens.

- 71** Os fundos setoriais são instrumentos de financiamento para projetos de P&D, aplicados exclusivamente em 14 setores específicos.
- 72** A maioria dos fundos setoriais entrou em operação no início da década de 90 do século passado.
- 73** As receitas dos fundos setoriais são oriundas de várias fontes, inclusive da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), incidente sobre os valores pagos à aquisição de conhecimentos tecnológicos e transferência de tecnologia do exterior (*royalties*).
- 74** Os comitês gestores dos fundos setoriais são presididos por um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e integrados por representantes dos ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, além das agências federais de fomento à ciência, tecnologia e informação (CT&I) — CNPq e FINEP.
- 75** A totalidade dos recursos dos fundos setoriais é gerenciada pela FINEP e pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- 76** Por serem orientados à tecnologia, os projetos financiados com recursos dos fundos setoriais não incluem apoio às ciências básicas.

Considerando a dimensão social das atividades de CT&I, julgue os itens a seguir.

- 77** Pelo menos 30% dos recursos dos fundos setoriais são destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas, raramente, por insuficiência de mérito, os projetos aprovados para essas regiões esgotam os recursos que neles são alocados.
- 78** Como incorporam representantes dos meios acadêmicos e empresariais, além de representantes das agências reguladoras nos comitês gestores, os fundos setoriais são considerados importantes instrumentos de transparência e controle social.

O instrumento de subvenção econômica foi criado a partir da aprovação da Lei n.º 10.973/2004 (Lei da Inovação) e da Lei n.º 11.196/2005 (Lei do Bem). Com relação aos incentivos decorrentes dessas leis, julgue os itens seguintes.

- 79** A Lei da Inovação tem por objetivo promover inovações tecnológicas nas empresas e torná-las competitivas no mercado internacional, configurando-se, assim, como uma forma de subsídio que tem sido contestada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).
- 80** A fim de que se compartilhem custos e riscos inerentes às inovações, o apoio financeiro por meio de subvenção econômica é não-reembolsável.
- 81** O LABOCEANO — o mais profundo tanque oceânico do mundo e o maior da América Latina — foi financiado, na sua quase totalidade, com recursos do fundo setorial CT-PETRO.
- 82** O programa Juro Zero, que oferece financiamentos iguais ou superiores a R\$ 1 milhão, sem juros, mas corrigidos pelo IPCA, é dirigido às pequenas empresas inovadoras (com faturamento anual de até R\$ 10,5 milhões).
- 83** O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica foi criado para estimular esforços inovadores realizados exclusivamente por pequenas empresas.
- 84** O programa Primeira Empresa (PRIME), recentemente lançado pela FINEP, destina-se a apoiar empresas abrigadas em incubadoras, que ficarão responsáveis pela seleção dos empreendimentos e repasse dos recursos.

Com relação às questões da atualidade em ciência e tecnologia, julgue os itens subseqüentes.

- 85** As pesquisas com células-tronco embrionárias foram autorizadas, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- 86** A produção de grãos transgênicos para a safra de 2003-2004 não foi desautorizada com base no argumento de que as implicações ambientais e para a saúde humana ainda não eram conhecidas.
- 87** A expressão “transgênico” foi substituída por “organismos geneticamente modificados” (OGM).
- 88** O megaacelerador de partículas construído pelo Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) está realizando experimentos para descobrir a origem do Universo.
- 89** A nanotecnologia, que trabalha com grandezas da ordem de 10^{-6} m, é um tema emergente de C&T no Brasil e promete inovações importantes na produção de medicamentos.
- 90** Autoridades defendem proposta alternativa ao uso de células-tronco não-embrionárias para a regeneração de órgãos e de doenças degenerativas.

Ainda com relação à política de incentivos à CT&I, julgue os próximos itens.

- 91** O projeto Inovar é uma ação estratégica que tem por objetivo promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) brasileiras de base tecnológica, mediante financiamento de capital de risco.
- 92** O projeto Inovar assume que as PME de base tecnológica não encontram no sistema de crédito tradicional instrumentos adequados para financiar o desenvolvimento de inovações.
- 93** Capacitação e treinamento não figuram entre os itens contemplados pelo projeto Inovar.

Com relação às noções de direito tributário aplicado às atividades de C&T, julgue os itens a seguir.

- 94** O Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES) inclui a exigência da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita bruta.
- 95** O REPES suspende a exigência do imposto sobre produtos industrializados (IPI), incidente sobre a importação de bens novos, sem similares nacionais, quando esta for efetuada diretamente por pessoa jurídica beneficiária do regime para incorporação ao seu ativo imobilizado.
- 96** Para fins de reconhecimento da utilização da infra-estrutura de *software* e *hardware*, o programa de computador utilizado pelo beneficiário do REPES prescinde de homologação da Receita Federal do Brasil.
- 97** Somente poderá efetuar aquisição de bens e serviços com o benefício do REPES a pessoa jurídica previamente habilitada pela Receita Federal do Brasil.
- 98** Poderá se habilitar ao REPES a pessoa jurídica que optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).
- 99** De acordo com o Decreto nº 6.260/2007, a pessoa jurídica poderá excluir, para efeito do cálculo do lucro líquido, o valor dos dispêndios efetivados em projetos de P&D, a serem executados por instituição científica e tecnológica (ICT).
- 100** Na apuração do lucro real, os dispêndios efetivados com projetos de P&D poderão ser subtraídos e registrados como despesas ou custos operacionais.

Em sentido lato, administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se a administração particular; se são da coletividade, realiza-se administração pública. Administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, seguindo os preceitos do direito e da moral visando ao bem comum.

Helly Lopes Meirelles. *Direito administrativo brasileiro*.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca da administração pública.

- 101** Segundo o princípio da impessoalidade, a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem de nortear seu comportamento.
- 102** O controle externo da execução orçamentária da administração pública federal será exercido pela Controladoria Geral da União.

As operações comumente realizadas pela administração, na gerência do material, objetivando dar a este a definição mais conveniente ao interesse público são: transferência, cessão, alienação ou outras formas de desfazimento. A esse respeito, julgue o item que se segue.

- 103** O material é classificado como antieconômico quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.

Segundo o art. 58 da Lei n.º 4.320/1964, o empenho é o ato emanado por autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Acerca do empenho da despesa, julgue os itens subsequentes.

- 104** Quando o empenho não for pago dentro do exercício financeiro em que for emitido, dará origem a um processo de despesas de exercícios anteriores.
- 105** Nas despesas com suprimento de fundos é dispensada a emissão prévia do empenho, que será emitido após a prestação de contas do adiantamento.
- 106** O lançamento contábil da emissão do empenho deve ser realizado no sistema orçamentário.

Orçamento público é um plano de trabalho governamental, expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do governo e em cuja elaboração são observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade e especificação.

Lino Martins Silva. *Contabilidade governamental*.

Acerca desse assunto, julgue os próximos itens.

- 107** O tipo de orçamento utilizado no Brasil é o misto, pois ele é elaborado e executado pelo Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo sua votação e controle.
- 108** Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- 109** Receitas públicas derivadas são aquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. O Estado exige que o particular entregue determinada quantia na forma de tributos ou de multas, exigindo-as de forma compulsória.
- 110** O programa é o instrumento de organização da ação governamental para a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Certo tipo de projeto científico se desenvolve em duas etapas, I e II. A partir de uma grande quantidade de registros históricos, foram obtidas as características das distribuições dos custos financeiros dessas etapas, conforme mostrado na tabela a seguir. Desses registros históricos, observou-se, também, que, em 40% dos projetos científicos, aqueles com custos financeiros iguais ou superiores a R\$ 10 mil na etapa I apresentaram, concomitantemente, custos iguais ou superiores a R\$ 12 mil na etapa II.

etapa	média (em R\$ mil)	desvio padrão (em R\$ mil)	mediana (em R\$ mil)
I	10	7	10
II	16	9	12

Considerando essas informações e que o custo financeiro total de um projeto — X — seja a soma dos seus custos financeiros das etapas I e II, julgue os itens subseqüentes.

- 111 O valor médio de X é igual ou inferior a R\$ 13 mil.
- 112 Em pelo menos 50% dos projetos científicos, os custos financeiros na etapa I foram iguais ou superiores a R\$ 10 mil.
- 113 A variância de X é igual ou inferior a 130.
- 114 O coeficiente de variação dos custos financeiros da etapa I foi superior ao coeficiente de variação dos custos financeiros da etapa II.
- 115 Um aumento no custo financeiro na etapa I de um projeto faz que o seu custo financeiro na etapa II, em média, também aumente.
- 116 Historicamente, o percentual de projetos científicos com custos financeiros inferiores a R\$ 10 mil na etapa I e que apresentaram, concomitantemente, custos inferiores a R\$ 12 mil na etapa II foi superior a 45%.

número de publicações por pesquisador em 2006 (N)	freqüência relativa (%)
0	5
1	50
2	30
3	10
4	5
total	100

Julgue os itens seguintes, considerando os dados da tabela acima, que apresenta a distribuição do número N de publicações indexadas em periódicos internacionais, por pesquisador, de um centro de pesquisa, referente ao ano de 2006.

- 117 Considerando que havia, nesse centro, 40 pesquisadores em 2006, a quantidade total de publicações nesse ano foi superior a 60.
- 118 A moda e a mediana são iguais, portanto, a distribuição de N é simétrica em torno da mediana.
- 119 O desvio padrão do número de publicações por pesquisador em 2006 foi inferior a 1.
- 120 Considere que em 2007 cada pesquisador tenha apresentado exatamente duas publicações a mais que em 2006. Nessa situação, a variância do número de publicações referentes ao ano de 2007 sofrerá acréscimo de duas unidades em comparação com a variância do número de publicações em 2006.